



BIBLIOTECA ESCOLAR: AMBIENTE DE ENSINO-APRENDIZAGEM PARA ALUNOS ESPECIAIS.

Kênia Reis de Souza¹, Flomar Ambrosina Oliveira Chagas²

¹ IFG, Jataí, Goiás, e-mail: kenniareis@yahoo.com.br

² IFG, Jataí, Goiás. e-mail: flomarchagas@gmail.com

Resumo:

A biblioteca possui, desde os primórdios das antigas civilizações, diversas funções tais como, guardar o registro do conhecimento acumulado pela humanidade, divulgar esse conhecimento e auxiliar estudantes no processo ensino-aprendizagem, dentre outros. No entanto, poucas vezes, as bibliotecas são pensadas e planejadas para receber e atender pessoas com necessidades especiais. Por que essas pessoas têm sido alijadas deste espaço tão útil e importante? Esta pesquisa de abordagem qualitativa, estudo de caso, tem como tema a biblioteca escolar como centro de aquisição e divulgação do conhecimento científico para alunos de escola pública que possuem necessidades especiais; cujo objetivo é investigar do ponto de vista físico, material e humano, em relação ao estudante com necessidades especiais, como a biblioteca pode contribuir para o cumprimento da sua função pedagógica de auxiliar no processo ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Biblioteca; alunos especiais; ensino-aprendizagem

1. Introdução

A educação formal brasileira, ao longo dos séculos, preocupou-se mais com os alunos considerados 'normais'. Todavia, a partir da promulgação da Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), no artigo 208, estabeleceu-se ensino de qualidade para todos e a Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), estabeleceu o ensino especial como uma modalidade que se inicia na educação infantil e vai até o ensino superior. Recebendo influência das convenções e declarações internacionais, a referida lei no artigo 59, inciso I, assegura aos educandos com necessidades especiais: "currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades". Em 2001, foi publicado o documento Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001) determinando aos sistemas de ensino, a obrigatoriedade de matrícula de todos os alunos e que, as escolas deveriam se organizar para atender aos que possuem alguma necessidade especial (BRASIL, 2001).

Até a década de 1980, utilizava-se termos como "incapacitado", "inválido", dentre outros. Passou-se, a partir desta década, a utilizar o termo "deficientes", por influência do Ano

Internacional e da Década das Pessoas Deficientes, estabelecido pela Organização das Nações Unidas/ONU. Em meados dos anos 1980, entraram em uso as expressões "pessoa portadora de deficiência" e "portadores de deficiência". Por volta da metade da década de 1990, a terminologia utilizada passou a ser "pessoas com deficiência". De acordo com a Portaria nº 2.344, de 3 de novembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União/DOU de 05/11/2010 (nº 212, Seção 1, página. 4), no Art. 2º, inciso I – traz mudança de nomenclatura: Onde se lê "Pessoas Portadoras de Deficiência", leia-se "Pessoas com Deficiência".

A biblioteca numa comunidade escolar tem, dentre muitas funções, oportunizar acesso à leitura e à cultura. As atividades desenvolvidas neste espaço são importantes, principalmente ao alcançar segmentos diversos da comunidade estudantil como os alunos com necessidades especiais. Segundo Suaiden (1980, p. 24), atividades na biblioteca que atendam a essas pessoas, podem ser muito benéficas, a ponto de “[...] aliviar, de inúmeras formas, problemas de solidão e deficiências físicas, mentais de todos os tipos”.

A biblioteca escolar, ao atender as diferentes necessidades culturais e informacionais, especialmente do aluno especial, torna-se um espaço democrático garantindo o direito de aprendizagem dos estudantes. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), desde 1949 tem publicado Manifesto da Biblioteca, quando destacou a sua função como sendo um centro de educação popular. Em 1972, publicou as atribuições da biblioteca: a educação, a cultura, o lazer e a informação. E em 1994, lançou a terceira versão do Manifesto e nele enfatizou-se o compromisso da biblioteca para com a democratização do acesso de todas as pessoas.

Um dos deveres da biblioteca está, então, em contribuir com o acesso à cultura e à socialização dos alunos, sobretudo, daqueles com necessidades especiais que têm direito à cultura, à leitura, como os demais cidadãos.

O censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000) mostrou que a taxa de alfabetização e de escolarização entre os alunos com necessidades especiais fica abaixo da taxa das crianças sem nenhum tipo de necessidade especial. Esses números fornecem uma noção da participação desses alunos no sistema educacional. Em vista dessa situação, a biblioteca escolar tem o dever de oferecer, conforme o Manifesto de 1994 de Paris, serviços e materiais específicos a pessoas que possuam qualquer tipo de necessidade especial, numa forma de inclusão cultural e social a esses alunos.

Estas leis buscam promover o desenvolvimento cultural dos alunos, sejam eles especiais ou não. E a biblioteca escolar deve oferecer material especial a estes alunos, em conformidade com o art. 58, § 1º da LDB que diz: “Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial” (BRASIL, 1996).

Pinheiro (2004) destaca algumas barreiras que alunos especiais encontram quanto aos materiais especializados, a todas às séries e aos conteúdos. Esta autora discorre sobre a falta de capacitação profissional dos bibliotecários e dos auxiliares da biblioteca, quanto ao atendimento adequado aos alunos. Ainda, há ausência de livros em Braile e em linguagem apropriada aos diferentes tipos de necessidade especial. Além desses, há também falhas quanto às construções, como falta de elevadores e de rampas de acesso às bibliotecas, as estantes são altas não possibilitando alcance aos livros, além da falta de espaço entre as estantes para circulação de cadeirantes e também faltam informações na Língua Brasileira de Sinais (Libras) e em Braile.

Com tantas barreiras, o bibliotecário ou pessoa responsável pela biblioteca deve buscar, junto com a gestão escolar, formas de possibilitar aos estudantes que possuem alguma necessidade especial, o exercício de seus direitos. Menou e Mchombu (2004) afirmam que essas pessoas sofrem desvantagens quanto ao acesso à informação, principalmente, quanto ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Para esses autores, o papel do bibliotecário e de quem auxilia na biblioteca vai além do papel que estes vêm realizando, isto é, antes de lidar com as tecnologias e com os livros, é muito mais importante lidar com as pessoas e os seus anseios. Então, bibliotecários e auxiliares têm papel importante, pois dele pode depender o sucesso da inclusão ou da exclusão dos indivíduos com necessidades especiais ao ambiente da biblioteca. Desta forma, eles são responsáveis em adequar a unidade de informação e saber interagir com a comunidade local, especialmente com realização de trabalhos voltados para pessoas de necessidade especial. Assim, como este precisa se adaptar à sociedade, esta também precisa se adaptar a ele. Isto é exercitar a cidadania, portanto, é importante ir além das suas funções técnicas. Dessa forma, o compromisso do profissional quanto ao aluno especial, diz sobre a responsabilidade social, oferecendo suporte às suas atividades.

Por meio desta pesquisa, objetiva-se investigar do ponto de vista físico, material e humano, em relação a pessoa com necessidades especiais, como a biblioteca pode contribuir para o cumprimento da sua função pedagógica de auxiliar no processo ensino-aprendizagem.

2. Desenvolvimento

Esta pesquisa será realizada numa escola pública da cidade de Jataí (GO). As técnicas de coletas de dados serão entrevistas, observação e análise de conteúdo. De abordagem qualitativa, utilizar-se-á o estudo de caso, que de acordo com Lüdke e André (1986) possui as seguintes características: os dados coletados são predominantemente descritivos; a preocupação com o processo é muito maior do que com o produto; o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial pelo pesquisador; e a análise dos dados tende a seguir um processo indutivo.

Para a coleta de dados, uma das técnicas utilizadas, será a observação que será feita nas aulas que os alunos têm numa das salas da biblioteca, para ver o espaço físico e acompanhar a atuação do auxiliar/bibliotecário no atendimento aos alunos com necessidades especiais.

Para esse estudo de caso será aplicada entrevista semiestruturada. A entrevista será com funcionários da biblioteca e com professores de ciências com o intuito de conseguir dados relevantes à pesquisa. A análise dos resultados acontecerá utilizando o método de análise de conteúdo como propõe Bardin (1994).

Fazer-se-á um levantamento da legislação e dos estudos realizados que discutem a inclusão e a função pedagógica da biblioteca nos últimos cinco anos. Em seguida, será feito uma listagem do acervo dos livros distribuído pelos programas governamentais, bem como de obras já publicadas que tratam da biblioteca inclusiva, referente ao ensino de Ciências para alunos com necessidade especial. Espera-se ainda contribuir para que a comunidade escolar tome conhecimento da lei nº 12.244/2010 (BRASIL, 2010), que dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Também serão verificados os materiais existentes na escola que podem ser usados para alfabetização e divulgação científica.

3. Resultados

Como se trata de uma pesquisa em andamento espera-se a criação de material apropriado em forma de jogos e livreto ou cartilha, para o ensino de ciências do 8º ano, bem como de um espaço diferenciado na biblioteca, de forma auxiliar no processo ensino-aprendizagem aos alunos com necessidades especiais.

4. Considerações finais

Dentre os inúmeros meios educativos, a biblioteca é recurso indispensável para o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e formação do educando. Ela é mediadora da aprendizagem, espaço democrático que precisa se atentar para o atendimento especializado do aluno que tenha alguma necessidade especial. É imprescindível que a biblioteca implemente ações que possam oferecer a esses alunos, tratamento igual, todavia com atendimento específico para favorecer tanto o seu desempenho escolar quanto a sua inclusão social, constituindo num recurso básico para o cumprimento de diferentes propósitos de leitura, de ensino e de pesquisa. Embora a biblioteca esteja presente na vida de antigas sociedades, a temática da inclusão é muito ausente neste ambiente, necessitando de mais estudo e de desenvolvimento.

5. Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: 05 de outubro de 1988.

_____. **LDB/96 - Lei n. 9394 de 20 de dezembro de 96**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso: 15 dez. 2014.

_____. **Lei nº 12.224 de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm> Acesso: 05 dez. 2014.

_____. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Institui Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

_____. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial**. Livro 1. Brasília: SEESP, 1994. Disponível em: <<http://www.defnet.org.br>>. Acesso em: 21 nov. 2014.

FERREIRA, Maria E. C.; GUIMARÃES, Marli. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. **Censo 2000**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/27062003censo.shtm>> acesso em 27 nov. 2014.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MENOU, Michel J.; MCHOMBU, Kingo. Os profissionais da informação em comunidades desfavorecidas. In: VALENTIM, M. L. (Org). **Atuação profissional na área de informação**. São Paulo: Polis, 2004. p.129-150

PINHEIRO, Danielle da Silva. O bibliotecário e o atendimento aos usuários com necessidades especiais em unidades de informação. **Revista de Iniciação Científica da FFC**, Marília, v. 4, n. 3, 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.marilia.unesp.br>>. Acesso: 24 nov. 2014.

SENAC. **Referenciais para a educação profissional do Senac** / Maria Helena Barreto Gonçalves; Joana Botini; Beatriz Maria Arruda de Araújo Pinheiro et al. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2002.

SUAIDEN, Emir José. **Biblioteca pública brasileira**: desempenho e perspectivas. São Paulo: LISA, 1980.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades Educativas especiais**. CORDE, 1994.